

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Local: SGAN 601, LOTE 1, Edifício sede da CODEVASF, térreo, Auditório Avelino Costalonga, Brasília – DF.

Data: 18 DE JULHO DE 2005.

Início: 10h05

Término: 14h50

Às 10 horas e cinco minutos do dia dezoito de julho de 2005, no Edifício sede da CODEVASF, andar térreo, Auditório Avelino Costalonga, localizado no SGAN 601, Lote 1, em Brasília, Distrito Federal, teve início a 13ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O Secretário Executivo do CNRH, Sr. João Bosco Senra, convidou o Sr. Ednaldo Mesquita de Carvalho, técnico da SRH/MMA, para compor a mesa e auxiliar nos trabalhos da reunião. O Sr. Ednaldo Mesquita confirmou a presença de quorum no plenário e leu os procedimentos regimentais. Em seguida, procedeu à leitura dos novos membros indicados: o Ministério da Educação indicou o Sr. José Leitão de Albuquerque Filho como Conselheiro Suplente; o Ministério das Cidades indicou o Sr. Sérgio Antônio Gonçalves como Conselheiro Titular e o Sr. Valdemar Ferreira Araújo Filho como Conselheiro Suplente; o Ministério da Defesa indicou o Sr. Francisco Carlos Ortiz de Holanda Chaves como Conselheiro Titular; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento indicou o Sr. Paulo Roberto da Silva como Conselheiro Titular; o Ministério da Ciência e Tecnologia indicou a Senhora Helena Luna Ferreira como Conselheira Suplente; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo indicou o Sr. Fábio Ahnert como Conselheiro Titular; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais indicou o Sr. Shelley de Souza Carneiro como Conselheiro Suplente; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe indicou o Sr. Artemízio Cardoso Resende como Conselheiro Suplente; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Distrito Federal indicou o Sr. Antonio Raimundo Gomes Silva Filho como Conselheiro Suplente. O Secretário Executivo João Bosco Senra declarou empossados os novos membros, desejando que somassem suas experiências ao Conselho. Em prosseguimento, perguntou se existia alguma matéria de urgência ou alguma a ser retirada de pauta. O Sr. Ednaldo Mesquita (SRH/MMA) informou haver cinco matérias com respectivos requerimentos de urgência já entregues à mesa, com as devidas assinaturas de quinze Conselheiros, exigidas conforme Regimento Interno, sendo duas propostas de Resolução e três propostas de Moção. Em seguida, o Secretário Executivo João Bosco Senra apresentou as propostas em regime de urgência: 1) Proposta de Moção da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT baseada em recomendação da Procuradora da República Ana Cristina Bandeira Lins, que recomenda a viabilização da implantação de medidas de redução efetiva do consumo de água em todos os órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta, que foi aprovada para análise pelo Plenário em regime de urgência; 2) Proposta de Resolução da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, que estabelece diretrizes para a integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os de licenciamento ambiental, que foi aprovada para análise na plenária em regime de urgência, com apenas uma manifestação contrária; 3) Proposta de Resolução da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL que define os mecanismos e critérios para a regularização de débitos consolidados referentes à cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, conforme proposto pelo CEIVAP, em especial o parcelamento de cobrança de débitos, nos termos de sua Deliberação nº 41, de 15 de março de 2005, que foi aprovada para análise na plenária em regime de urgência; 4) Proposta de Moção da Câmara Técnica de Análise de Projetos - CTAP, que recomenda o encaminhamento à Câmara dos Deputados de substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.181, de 2003, que estabelece a política nacional de segurança de barragens e cria o sistema nacional de informações sobre segurança de barragens, que foi aprovada para análise pelo Plenário em regime de urgência; 5) Proposta de Moção da Conselheira Ninon Machado (ONGs), que recomenda a articulação entre os integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, no sentido de viabilizar a presença de representantes no 4º Fórum Mundial da Água, que foi aprovada para análise pelo Plenário em regime de urgência. Em seguida, o Sr. Ednaldo Mesquita (SRH/MMA) leu a nova ordem do dia: 1) Aprovação das Atas da 15ª e 16ª reuniões extraordinárias do CNRH; 2) Deliberação sobre a

58 proposta de alteração do Regimento Interno do CNRH; 3.1) Deliberação sobre proposta de  
 59 Resolução que define os mecanismos e critérios para regularização de débitos consolidados  
 60 referentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul; 3.2)  
 61 Deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece a integração dos procedimentos da  
 62 outorga do uso da água e do licenciamento ambiental; 3.3) Deliberação sobre proposta de  
 63 Resolução que institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e  
 64 dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira; 4.1) Deliberação sobre proposta de Moção a Casa  
 65 Civil da Presidência da República, que recomenda a viabilização de medidas de redução efetiva  
 66 do consumo de água na administração pública; 4.2) Deliberação sobre proposta de Moção  
 67 destinada ao MMA e MRE, que recomenda articulações para viabilizar participação no IV  
 68 Fórum Mundial da Água; 4.3) Deliberação sobre proposta de Moção que encaminha sugestões  
 69 ao Substitutivo do Dep. Fernando Ferro ao PL nº 1.181, de 2003, sobre segurança de barragens;  
 70 5) Apresentações: “Estágio atual do desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos”  
 71 e “Resultados do Programa Águas e Florestas na Mata Atlântica”. A nova ordem do dia foi  
 72 aprovada, passando-se então ao seu **item 1: Análise da Ata da 15ª reunião extraordinária do**  
 73 **CNRH**. O Conselheiro Manfredo Cardoso (CERH-BA) pediu a palavra e fez a seguinte  
 74 explanação: na última reunião do CNRH, em março deste ano, ele havia levantado uma questão  
 75 de ordem sobre esta Ata não ter entrado em pauta, pois o artigo sétimo do Regimento Interno  
 76 colocaria que a ata da reunião anterior deveria constar da ordem do dia da subsequente.  
 77 Solicitou registro do fato como uma irregularidade na condução do processo da Resolução do  
 78 CNRH que trata da transposição do rio São Francisco. O Sr. João Bosco Senra afirmou que esse  
 79 registro constava na Ata da 16ª Reunião Extraordinária, a ser analisada nessa Reunião,  
 80 reconhecendo que pela complexidade da referida reunião, houvera sim um atraso. A  
 81 Conselheira Ninon Machado (ONGs) apresentou modificações nas seguintes linhas da Ata: 192,  
 82 553, 556 e 561, e concluiu parabenizando a Secretaria Executiva pela sua elaboração,  
 83 considerando a complexidade do tema e da própria Reunião. O Sr. João Bosco Senra colocou a  
 84 Ata da 15ª Reunião Extraordinária do CNRH em votação com as modificações, tendo sido  
 85 aprovada. Pôs então em discussão a minuta da Ata da 16ª Reunião Extraordinária do CNRH. A  
 86 Conselheira Ninon Machado (ONGs) solicitou modificações nas linhas 193, 436, 586, 592 e  
 87 603 parabenizando mais uma vez pela sua elaboração. O Sr. João Bosco Senra colocou em  
 88 votação a Ata da 16ª Reunião Extraordinária do CNRH com as modificações, sendo aprovada.  
 89 Passou ao **item 2 da ordem do dia: Deliberação sobre proposta de alteração do Regimento**  
 90 **Interno do CNRH**, solicitando ao Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) que  
 91 encaminhasse a matéria. O Conselheiro disse que essa proposta de Resolução seria oriunda da  
 92 necessidade de maior integração entre o CNRH e o Conselho Nacional do Meio Ambiente -  
 93 CONAMA, pois existiriam temas que caberiam ser abordados pelos dois Conselhos. A primeira  
 94 idéia, disse, fora a criação de uma comissão para tratar de assuntos comuns aos dois Conselhos,  
 95 mas que, entretanto, a análise na CTIL apontara para que fossem acrescidas atribuições de  
 96 integração à Secretaria Executiva do CNRH. O Secretário Executivo João Bosco Senra  
 97 perguntou se haveria alguma manifestação; não havendo, pôs em votação a matéria, sendo  
 98 aprovada a proposta de alteração do Regimento Interno do CNRH (**Anexo I**) por maioria  
 99 absoluta do Plenário. Fez então o seguinte registro: em reunião realizada com todos os  
 100 Presidentes das Câmaras Técnicas, ele, como Secretário Executivo, tomara o compromisso de  
 101 compartilhar com os mesmos a responsabilidade de compatibilizar a agenda do CNRH não só  
 102 com a do CONAMA, mas também com os demais Conselhos. Passou ao **item 3.1 da ordem do**  
 103 **dia: Deliberação sobre a proposta de Resolução que define os mecanismos e critérios para a**  
 104 **regularização de débitos consolidados referentes à cobrança pelo uso de recursos hídricos na**  
 105 **bacia do rio Paraíba do Sul**, convidando o Conselheiro Oscar Cordeiro (ANA/MMA) para  
 106 encaminhar a matéria, o qual fez a seguinte explanação: trata-se de tema associado à  
 107 implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, especificamente ao instrumento da  
 108 cobrança. Para relatar, chamou o Sr. Reginaldo Miguel (ANA/MMA), que apresentou o  
 109 seguinte relato: essa proposta de Resolução (**Anexo II**) trata de aprovar mecanismos e critérios  
 110 para a regularização de débitos consolidados referentes à cobrança de recursos hídricos de  
 111 domínio da União na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, informando que o CEIVAP já  
 112 deliberara sobre esse assunto, através da sua Deliberação nº 41, de 2005 (**Anexo III**). Disse que  
 113 se tratava de problemas surgidos no decorrer da implementação da cobrança pelo uso da água,  
 114 lembrando que a Lei nº 9.433, de 1997, não fazia menção a esse tipo de parcelamento, sendo,

portanto, uma alternativa aos usuários inadimplentes, existindo hoje interesse de vários deles em participar do processo, sendo um mecanismo para a Agência implantar o parcelamento dos débitos. Citou o Parágrafo único, art. 1º, da Deliberação CEIVAP, que indicava a aplicação de juros moratórios com a taxa SELIC, aplicáveis em caso de inadimplência, conforme sugerido pela Procuradoria da ANA em Parecer encaminhado. O Conselheiro Helder Torres (MME) sugeriu acrescentar um prazo máximo para que essa Resolução fosse efetivada. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA/MMA) informou que a proposta de Resolução apenas aprovaria critérios trazidos pela Deliberação CEIVAP, estando ali já estabelecidos os mecanismos sugeridos pelo Comitê. O Conselheiro José Nilson Campos (Organizações técnicas) sugeriu que no artigo 1º, final do Parágrafo único, fosse inserido: "... para harmonizar-se com aquela utilizada em caso de ressarcimento por cobrança indevida", justificando que a taxa SELIC seria uma taxa atraente, podendo ocorrer, nos casos em que ocorra pagamento a maior, um ressarcimento com uma correção muito convidativa, estimulando o pagamento a maior para gerar futuros ressarcimentos. A Conselheira Cristina Yuan (Indústrias) passou a palavra para a Sra. Maria Aparecida Vargas, da AGEVAP, que explicou: a AGEVAP já estaria fazendo uma deliberação exclusiva para ressarcimento ou restituições, onde estavam previstos todos os casos de cobrança indevida, e que, portanto, indagava da necessidade de ser incluído nessa deliberação uma sessão específica para tanto. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA/MMA) concordou com a proposta do Sr. José Nilson Campos (Organizações técnicas), pois o ressarcimento sempre seria no caso de cobrança indevida, lembrando que a taxa não poderia ser diferente nas deliberações. A Conselheira Cristina Yuan (Indústrias) argumentou que a inclusão da palavra ressarcimento poderia causar confusão, uma vez que o CEIVAP fizera duas deliberações: uma sobre parcelamento para situação de usuários inadimplentes, que seria a de nº 41, e outra que trataria da cobrança a mais. Esta proposta para aprovação nesse Plenário do CNRH, disse, trataria exclusivamente do parcelamento de débito de usuários inadimplentes, existindo outra para o ressarcimento. O Conselheiro José Nilson Campos (Organizações técnicas) ressaltou que a palavra ressarcimento já estaria no texto, sendo sua proposta acrescentar "por cobrança indevida". O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu que fosse aprovado o contido na Resolução do CEIVAP, com exceção do artigo sobre ressarcimento. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA/MMA) concordou com a retirada do termo "ressarcimento por cobrança indevida", afirmando que do ponto de vista legal, para execução da cobrança, seria necessário aplicar a taxa SELIC. O Secretário Executivo João Bosco Senra colocou em votação a proposta de Resolução com a alteração proposta, sendo aprovada conforme **Anexo IV**. Passou-se para o **item 3.2 da ordem do dia: Deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece a integração dos procedimentos da outorga do uso da água e do licenciamento ambiental**. Convidou o Conselheiro Oscar Cordeiro (ANA/MMA), que passou a palavra ao Sr. Leonardo Mitre (ANA), Coordenador do GT que trabalhou na proposta de Resolução no âmbito da CTPOAR. O Sr. Leonardo Mitre (ANA) explicou que esta proposta de Resolução (**Anexo V**) trataria de aspectos inerentes ao CNRH e ao CONAMA. Apresentou histórico da sua elaboração, informando que o tema fora inicialmente abordado no âmbito de Câmara Técnica do CONAMA, onde sofrera uma interrupção e, em função dos Estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo terem editado Resoluções disciplinando procedimentos de integração de outorga e licenciamento, verificara-se a necessidade de retomada dos debates sobre esse assunto na CTPOAR, que contaram com representativa participação de representantes dos órgãos estaduais, além de acompanhamento da Secretaria Executiva do CONAMA e respectivas Câmaras Técnicas. O Conselheiro Manfredo Cardoso (CERH-BA) colocou em dúvida alguns aspectos da proposta, sugerindo que essa proposta deveria ser conjunta com o CONAMA. Concluiu pedindo vistas à proposta de Resolução. Conforme estabelecido no Regimento Interno do CNRH, o Sr. João Bosco Senra colocou em debate o pedido de vistas, para posterior votação. O Conselheiro Helder Torres (MME) apoiou a proposta justificando que o setor mineral carecia dessa regulamentação, explicitando ainda o apoio do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. O Conselheiro José Nilson Campos (Organizações técnicas) também apoiou a proposta, destacando sua importância. A Conselheira Ninon Machado (ONGs) apelou ao Conselheiro Manfredo Cardoso que retirasse o pedido de vistas, justificando que essa Resolução cumpria as recomendações da Conferência Nacional do Meio Ambiente, em sua orientação aos Conselhos coletivos "que se falassem", sendo essa uma demonstração de coragem do CNRH. A Conselheira Cristina Yuan (Indústrias) afirmou que a proposta seria de total interesse do setor

usuário e industrial, o qual ela representa, mas que, porém, apoiava a solicitação de pedido de vistas para uma análise mais aprofundada. Dito isso, solicitou também pedido de vistas sobre a matéria, justificando que a terminologia adotada poderia gerar conflitos. Indicou também a existência de algumas incoerências de redação que poderiam causar conflitos, principalmente no artigo 7º, no que se refere às expedições concomitantes da licença ambiental e da outorga de direito de uso. O Conselheiro Oscar Cordeiro (ANA/MMA) ressaltou que essa proposta de Resolução se inscreveria numa preocupação de articulação da área de meio ambiente com a de recursos hídricos, informando que a Agência Nacional de Águas - ANA estaria desenvolvendo um cadastro nacional que iria facilitar muito essa integração. Passou a palavra ao Sr. Leonardo Mitre (ANA) que disse que o Estado da Bahia já emitira uma resolução para integrar os atos de outorga e licenciamento, não havendo, entretanto, procedimento para outorga preventiva, que no caso deveria ser emitida antes da licença de instalação. Quanto às nomenclaturas para as licenças, informou que seriam nomes definidos no Decreto nº 99.274. Sobre as expedições concomitantes, disse que a proposta determinava que “poderiam ocorrer”, dando apenas “possibilidade”, não sendo obrigatório. Expôs que fora inserido dessa forma na proposta em função dos estados de Pernambuco e Minas Gerais, que já realizariam os procedimentos de forma concomitante, e, também para tornar o processo mais célere para o empreendedor. O Conselheiro Jairo Lousa (Irrigantes) informou que não assinara o requerimento de urgência para essa matéria e apoiou o Conselheiro Manfredo Cardoso (CERH-BA) em seu pedido de vistas. Afirmou que seria bom integrar os procedimentos do licenciamento com os de recursos hídricos, mas lembrou que a legislação trataria separadamente essas atribuições, destacando que essa proposta estaria novamente integrando, o que poderia ser feito, mas de uma forma mais simples. O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) informou que a CTIL encaminhara consulta sobre o tema à Consultoria Jurídica do MMA – CONJUR/MMA cuja resposta confirmara a competência do CNRH para edição da norma em questão. Informou ainda a ocorrência de reunião conjunta entre a CTIL e a CT de Assuntos Jurídicos do CONAMA. Finalizou solicitando a retirada dos pedidos de vista apresentados. O Conselheiro Rui Brasil (CERH-SP) informou que o Estado de São Paulo teria uma resolução para integrar os procedimentos de outorga e de licenciamento ambiental. Recomendou que fosse feita no âmbito do CNRH uma análise profunda sobre sua competência para estabelecer obrigações aos entes federados, como em sua opinião ocorria na proposta de Resolução em debate, uma vez que eles possuíam autonomia administrativa, corroborada pela existência das respectivas Assembléias Legislativas. Indicou que para algumas das resoluções aprovadas pelo CNRH, após análise jurídica, verificara-se a ausência de suporte legal em função de invasões das competências constitucionais dos Estados, afetando a credibilidade do CNRH e gerando desgastes. Recomendou que fossem retirados os pedidos de vista, mas que o assunto voltasse para uma nova discussão no âmbito das Câmaras Técnicas. A Conselheira Cristina Yuan (Indústrias) disse que detalhamentos técnicos seriam necessários no documento, fundamentando seu pedido de vistas e fortalecendo a preocupação de que o texto precisaria ser melhorado. Alertou que essa Resolução poderia aumentar a complexidade do processo de licenciamento, dependendo da legislação do Estado. Voltou a citar o artigo 5º, indagando o que significaria “implantação”, citando como uma indefinição de terminologia que provocaria problemas de interpretação. Citou ainda que o artigo 7º não poderia existir, pois contraporía os artigos 4º e 5º da própria proposta de Resolução. O Secretário Executivo João Bosco Senra colocou então em votação os pedidos de vistas, sendo os mesmos aprovados. Informou aos Conselheiros Manfredo Cardoso (CERH-BA) e Cristina Yuan (Indústria) o prazo de 40 dias para a entrega dos respectivos pareceres. Passou-se então ao **item 3.3 da ordem do dia: Deliberação sobre proposta de resolução que institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira**. O Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) foi convidado a encaminhar a matéria (**Anexo VI**). Disse que a Lei nº 9.433, de 1997, em seu art. 3º, inciso VI, estabelecia a integração da gestão de bacias hidrográficas com os sistemas estuarinos e zona costeira como uma das diretrizes gerais de ação para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Chamou então o Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacia, o Conselheiro Izidoro Zorzi (Comitês) para complementar a apresentação da matéria. O Conselheiro reforçou o pedido de aprovação de criação da Câmara Técnica encaminhado pelo Fórum, lembrando da grande extensão da faixa litorânea do Brasil, abrangendo dezessete Estados com aproximadamente quatrocentos municípios, grande

concentração demográfica, pressão imobiliária, uso intensivo do solo e significativa atividade econômica, porém, com baixas taxas de saneamento, provocando degradação ambiental e perda de biodiversidade. Também destacou que a integração da gestão de recursos hídricos com o gerenciamento costeiro estaria prevista na Lei nº 9.433, de 1997, e também na Resolução nº 5 do Conselho Interministerial dos Recursos do Mar. Afirmou que a necessidade de criação dessa Câmara Técnica já estaria consensada e que ela deveria promover a integração dos instrumentos de gestão das bacias, por meio dos Comitês, com o Gerenciamento Costeiro já existente em dezessete Estados. O tema foi colocado em discussão e o Conselheiro Helder Torres (MME) pediu a palavra manifestando apoio à criação da Câmara, informando que o Ministério de Minas e Energia teria inclusive interesse em participar como membro. O Conselheiro Oscar Cordeiro (ANA/MMA) explicou que a ANA havia feito anteriormente pedido de vistas sobre a criação dessa Câmara, mas que os argumentos apresentados não teriam sido aceitos quando dos debates na CTIL. Expôs que a criação de um Grupo de Trabalho poderia aproveitar a dinâmica e a riqueza da discussão criada no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH, mas que, se houvesse vontade da maioria, a ANA, como instituição, daria apoio à deliberação do Plenário. A Conselheira Ninon Machado (ONGS) lembrou que não se poderia fazer gestão integrada de recursos hídricos sem uma articulação com o gerenciamento costeiro. Concluiu apoiando a criação da Câmara Técnica. O Conselheiro Sanderson Leitão (MCT) pediu a palavra apoiando a criação dessa Câmara Técnica, salientando ser importante para a gestão das águas englobar a questão dos recursos costeiros, expondo o interesse do MCT em participar da composição da Câmara. O Conselheiro Carlos Alencastre (Comitês) informou que haveria um Seminário de Gestão Integrada das Bacias Hidrográficas da Zona Costeira, de 01 a 04 de agosto próximo, em Itajaí-SC, demonstrando a grande integração existente nesse assunto. O Conselheiro Mauro Viegas (Indústrias) manifestou apoio à criação da Câmara. O Conselheiro Fábio Ahnert (CERH-ES) apoiou a Criação da Câmara Técnica, afirmando ser importante para o Estado do Espírito Santo, bem como para a gestão dos recursos hídricos, referindo-se principalmente à bacia do rio Doce, demonstrando interesse do Estado em participar da referida Câmara. O Conselheiro Rui Brasil (CERH-SP) manifestou apoio à criação da Câmara, candidatando-se a membro da mesma. O Sr. João Bosco Senra informou que as manifestações de interesse em participar dessa Câmara deveriam ser enviadas oficialmente para a Secretaria Executiva do CNRH, que faria a solicitação em momento oportuno. O Conselheiro José Nilson Campos (Organizações técnicas), na sua condição de Presidente da ABRH, apoiou a criação da Câmara destacando eventos que a ABRH realizara ligado ao tema. O Secretário João Bosco Senra colocou em votação a criação da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira, que foi aprovada por unanimidade, sem alterações na proposta apresentada. Retornando ao item 3.2 de pauta, o Secretário Executivo João Bosco Senra informou que ficara acordado entre os propositores, ANA, AGEVAP e Conselheiro José Nilson Campos (Organizações Técnicas), a seguinte redação para o Parágrafo único, art. 1º, da proposta de Resolução aprovada: “O CEIVAP deverá alterar a alíquota de juros moratório aplicável em caso de inadimplência, devendo-se aplicar a taxa SELIC”. A redação foi aprovada pelo Plenário. Passou então ao **item 4.1 da ordem do dia: Deliberação sobre a proposta de Moção à Casa Civil da Presidência da República que recomenda a realização de medidas de redução efetiva de consumo de água na Administração Pública**, convidando o Professor Demetrios Christofidis, Presidente da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT, a encaminhar a matéria. O Professor Demetrios relatou tratar-se de uma Recomendação da Procuradora da República Ana Cristina Bandeira Lins, demonstrando a argumentação por ela apresentada em uma apresentação (**Anexo VII**), a seguir transcrita: “Ao Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, que elabore um Cronograma, em conjunto com os Ministérios, para verificação e reforma de todos os estabelecimentos dos órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta, e das empresas e demais entidades controladas pelo Governo Federal, do sistema de instalações hidráulicas e sanitárias, bem como para promoção de medidas de redução efetiva do consumo de água, utilizando-se, como parâmetro, das ações efetuadas pela SABESP através do Programa PURA, ou outro que tecnicamente se demonstre mais eficiente”. Prosseguiu apresentando a proposta de Moção (**Anexo VIII**), fundamentada em 12 considerandos, tecendo comentários. Apresentou tabelas demonstrativas dos projetos executados no Estado de São Paulo, comparando os investimentos realizados, o consumo médio mensal de água, o período para obtenção de retorno e o percentual de redução

obtido. Demonstrou também, por meio de um fluxograma, a tramitação da matéria, a partir da ementa de recomendações da Procuradora, em 08 de abril de 2004, da deliberação da proposta de moção nas reuniões da CTCT até o encaminhamento ao Plenário do CNRH, com considerações sobre o prazo de resposta concedido pela Procuradora Federal. Concluiu apresentando a proposta de Moção, lembrando ser um produto da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia, colocando-se à disposição para esclarecimentos complementares. O Conselheiro Mauro Viegas (Indústrias) apoiou a Moção, afirmando que em todos os prédios públicos e residências do país gastar-se-ia 70 % do volume de água para limpeza, sugerindo não deixar de considerar a água da chuva como solução, principalmente para essa utilização. O Conselheiro Nelson dos Reis (Indústrias) manifestou apoio a Moção e explicou que o segmento industrial teria apoiado o uso eficiente da água. O Secretário Executivo João Bosco Senra informou e agradeceu à FIESP por estar disponibilizando aos Conselheiros a publicação “Conservação e Reúso da Água em edificações”. O Conselheiro José Nilson Campos (Organizações Técnicas) apoiou a Moção e fez consideração sobre o uso de “todos os órgãos da Administração Pública Federal”, argumentando que desta forma admitia-se que todos os órgãos estariam usando água em demasia, não sendo o que se verificava na prática. Sugeriu alterar o texto para: “conjunto de órgãos e entidades da administração Federal direta e indireta”. O Conselheiro Sérgio Antonio Gonçalves (Min. Cidades) apoiou a proposta e relatou o esforço que viria sendo feito no Governo Federal para a racionalização do uso da água, procurando-se cumprir metas inclusive internacionais. Lembrou que o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água – PNCDA aplicava-se também aos operadores do sistema, solicitando inserir na Moção essa informação. O Professor Demetrios Christofidis agradeceu a oportunidade e informou da realização da Oficina de Trabalho “Reúso de Água Não Potável” nos dias 23 e 24 de agosto, manifestando sua aceitação das considerações dos Conselheiros, propondo-se a alterar o texto conforme solicitado. O Secretário Executivo João Bosco Senra colocou em votação a proposta de Moção com as alterações solicitadas, sendo a mesma aprovada conforme **Anexo IX**. Passou então ao **item 4.2: Deliberação sobre proposta de Moção destinada ao MMA e MRE que recomenda articulações para viabilizar participação no IV Fórum Mundial da Água**. A Conselheira Ninon Machado (ONGs) encaminhou a matéria apresentando os objetivos da Moção (**Anexo X**), dentre elas, promover uma maior participação do Brasil nos Fóruns Internacionais relacionados a água. A Conselheira Cristina Yuan (Indústrias) apoiou a Moção sugerindo mudanças de redação em dois considerandos, conforme segue: no segundo, “Considerando a importância de apresentar e discutir com a comunidade internacional os obstáculos transpostos e os avanços obtidos na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos...”; quanto ao quarto considerando, declarou não compreender o texto, sugerindo mudanças apenas para melhorar a compreensão dos objetivos da Moção. O Secretário João Bosco Senra colocou em votação a proposta de Moção, com as modificações apresentadas, que foi aprovada conforme **Anexo XI**. Passou-se ao **item 4.3: Deliberação sobre a proposta de Moção da Câmara Técnica de Análise de Projetos - CTAP, que recomenda o encaminhamento à Câmara dos Deputados de proposta de substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.181, de 2003, que estabelece a política nacional de segurança de barragens e cria o sistema nacional de informações sobre segurança de barragens**. O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) deu encaminhamento à matéria explanando que o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional seria de extrema importância por abordar a segurança de barragens de grandes e pequenas dimensões. Informou que esse PL se encontrava apensado ao PL nº 1.616, sendo que o CNRH encaminhara uma Moção ao Congresso solicitando a sua desapensação, no que fora atendido. Convidou o Sr. Rogério Menescal (Ministério da Integração Nacional) a fazer uma apresentação sobre a Moção. O Sr. Rogério Menescal apresentou os objetivos da Moção, suas justificativas, a problemática e as complexidades existentes. Demonstrou estatísticas de acidentes com barragens em alguns estados do Brasil, dando destaque aos acidentes divulgados na mídia demonstrando a gravidade da questão. Expôs sobre o roteiro e a metodologia utilizada pelo Grupo de Trabalho da CTAP para a elaboração da proposta de Moção (**Anexo XII**), demonstrando o mérito e a importância da mesma. Fez um relato da legislação existente sobre barragens em outros países, demonstrando a importância do tema no planejamento estratégico como forma de prevenir acidentes. Informou sobre os trabalhos e ações pró-ativas sobre segurança de barragens que viriam sendo implementadas no âmbito de várias instituições, citando um banco de dados que a ANA estaria elaborando e trabalhos

interministeriais, com alusão ao CTHIDRO. Concluiu lembrando da importância dos objetivos e do encaminhamento da Moção. O Conselheiro Carlos Alencastre (Comitês) concordou com a importância do tema segurança de barragens, porém, considerou que um assunto de extrema relevância como esse não poderia ter chegado ao Plenário do Conselho em regime de urgência. Argumentou que teria dúvidas referentes ao artigo 2º, inciso I, quanto à altura do maciço contado do ponto mais baixo da fundação à crista maior igual a quinze metros, solicitando mais explicações, pois poderia haver interpretação dúbia. Outro ponto questionado pelo Conselheiro foi quanto à fiscalização, pois, estaria sendo criada uma Lei ordenando aos Estados e Municípios a fiscalizar obras, ato que não caberia aos órgãos gestores. Alegou que a fiscalização para esse caso seria impraticável principalmente por falta de pessoal, enfatizando que para o próprio sistema de outorga já seria feita de forma deficitária. Referindo-se ainda ao Parágrafo único, artigo 17, lembrou que a ANA teria competência para fiscalizar apenas os rios de domínio da União. Quanto ao artigo 24, alegou ser impossível informar no prazo de 180 dias todas as barragens que se enquadrariam na Lei. Concluiu pedindo vistas, justificando que não seria um pedido de vistas à Moção, mas à proposta de substitutivo apensada. O Conselheiro Rui Brasil (CERH-SP) apoiou as manifestações do Conselheiro Carlos Alencastre. O Conselheiro Jairo dos Santos Lousa apontou a complexidade do tema segurança de barragens, enfatizando que elas seriam inúmeras, sendo importante focar porque a situação estaria dessa forma, indicando como um dos motivos a construção de barragens baseadas em normas desatualizadas. Disse que não caberia editar uma regra para fiscalização, pois parte dela já seria realizada pelo sistema CREA. O Sr. Rogério Menescal informou que o documento em questão já vinha sendo discutido há um ano no âmbito das Câmaras Técnicas. Justificou o regime de urgência pela recente nomeação do Relator do PL nº 1.181, de 2003, e que, portanto, quanto mais cedo fosse a ele enviado esse documento, mais significativa poderia ser a contribuição ao seu substitutivo. Em relação à altura de quinze metros, conforme argumento do Conselheiro Carlos Alencastre, informou que esse seria um padrão internacional muito discutido, alegando que o assunto fora propositalmente não aprofundado, como forma de possibilitar uma margem ao órgão fiscalizador. Lembrou que não estava sendo utilizado no substitutivo o termo “órgão gestor”, mas sim “fiscalizador”, em que pese que a proposta não seria fiscalizar a construção de uma barragem, mas sim a sua segurança. Quanto ao artigo 18, § 1º, que citava a ANA, informou que a atribuição da Agência seria a de gerir o sistema, fato que fora contestado por alguns Conselheiros. O Conselheiro Josemá de Azevedo (CERH-RN) fez um apelo à retirada do pedido de vistas, alegando que no Nordeste existiriam muitos problemas em médias e pequenas obras. Informou que só na Bacia do Rio Piranhas-Açu, em sua parte no Rio Grande do Norte, existiriam 1.300 açudes considerados pequenas obras, sendo que nesta semana estava sendo criada uma coordenação de segurança de barragem, sendo, portanto, muito importante essa Moção. O Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) solicitou mais uma vez esclarecimentos quanto à altura da barragem, pois criava-se a dúvida se seriam 15 metros acima do pé da barragem ou da sua fundação. Quanto à fiscalização, alegou que não poderia ser feita no fim da construção, pois havia regras básicas que deveriam ser seguidas desde o início da construção, lembrando ainda que em São Paulo existiriam mais de cinquenta mil barragens. Concluiu afirmando que o pedido de vistas poderia ser retirado caso fosse suprimido que o órgão outorgante seria também o fiscalizador. A Conselheira Ingrid Müller (Organizações de ensino e pesquisa) alegou, como membro da CTAP, que a proposta de substitutivo estaria muito boa, apoiando a não aprovação do pedido de vistas. O Conselheiro Oscar Cordeiro (ANA/MMA) concedeu a palavra a Sra. Martha Sugai (ANA) que ressaltou o objetivo do PL não seria criar novos órgãos, lembrando que um dos pontos discutidos fora a necessidade de recursos para a sua implementação, conforme abordado em um dos considerandos da Moção e na justificativa. O Secretário João Bosco Senra colocou em votação o pedido de vistas, sendo o mesmo rejeitado. Em seguida, colocou em votação a proposta de Moção propriamente dita, sendo a mesma aprovada com seis votos contrários e duas abstenções, conforme **Anexo XIII**. Passou-se então ao **item 5 da ordem do dia: Apresentação: “Estágio atual do desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos”**. O Conselheiro Francisco de Assis (Organizações de ensino e pesquisa), Presidente da Câmara Técnica da CTPNRH, foi solicitado a fazer a apresentação. Iniciou fazendo uma explanação do desenvolvimento das diversas etapas do Plano Nacional, prevendo a conclusão e apresentação ao CNRH até o final de 2005. Explicou a metodologia utilizada, o envolvimento das equipes e da sociedade, ressaltando a importância do

Plano para os recursos hídricos no País. Após o término da apresentação, o Secretário João Bosco Senra disse considerar que as condições para a apresentação do Plano ao CNRH estariam criadas, tanto no que se refere aos recursos financeiros para viabilizar as reuniões, os encontros, a elaboração dos documentos, quanto ao empenho da equipe do Plano, da própria CTPNRH, bem como da ANA, que vinha prestando um grande serviço a esse trabalho. Passou-se então à **apresentação seguinte: “Resultados do Programa Águas e Florestas na Mata Atlântica”**. O Secretário Executivo João Bosco Senra explicou que essa apresentação trazia uma proposta, corroborada pela SRH/MMA, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o WWF-Brasil, para que fosse feita uma discussão, com posterior encaminhamento a uma das Câmaras Técnicas, de uma proposta de Resolução de procedimentos para a integração da política florestal e de recursos hídricos. O Secretário Executivo chamou então o Sr. Clayton Lino, Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, para proferir a primeira parte da apresentação. O Sr. Clayton Lino iniciou relatando que, pelo fato de estarmos no Decênio Internacional para a Ação “Água para a Vida”, proclamado por Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, havia um estímulo maior para que esse tema fosse tratado com mais ênfase, lembrando que desde 2002 vinha sendo tratada com prioridade a importância da relação água e floresta. Feita a introdução ao tema, passou a palavra a Sra. Heloísa Dias, Coordenadora do Programa Águas e Florestas da Mata Atlântica, a qual apresentou uma síntese do Programa e sua integração entre as políticas de recursos hídricos e florestais, mais especificamente o manejo integrado de água e florestas em bacias hidrográficas. Finda sua palestra, a Sra. Heloísa Dias passou a palavra ao Sr. Samuel Barrêto, Coordenador do Programa “Água para a Vida”, da WWF-Brasil, que prosseguiu explicando o Programa como uma forma de estimular o papel de protagonista que o CNRH representaria nesse processo, citando o documento chamado “Água Cidades e Florestas” como um esforço entre o WWF-Brasil e o Banco Mundial, demonstrando que áreas protegidas estariam contribuindo ao abastecimento de água nas cidades, sendo mais barato que a despoluição tradicional, geradora de exclusão social. O Secretário Executivo João Bosco Senra agradeceu a apresentação, lembrou da importância do tema e informou que fora solicitada a elaboração de diretrizes para que o CNRH pudesse avançar nas suas ações (**Anexo XIV**). Os debates sobre a proposição de procedimentos para a integração das políticas florestais e de recursos hídricos foram encaminhados às Câmaras Técnicas do CNRH. Passou então aos **Informes**. O Conselheiro Sanderson Leitão (MCT) fez relato sobre a ida de uma missão brasileira a Conferência no Paquistão, na qual ele estava presente. Informou da intenção do Embaixador em realizar uma missão de Conselheiros ao Kuwait, que poderia ser estendida ao Paquistão. Informou que o governo do Kuwait teria a intenção de realizar investimentos em projetos de até dez milhões de dólares, principalmente em países em vias de desenvolvimento, ressaltando a importância do envio de uma missão que pudesse viabilizar esses investimentos. A Conselheira Ninon Machado (ONGs) pediu a palavra, solicitando a transcrição em inteiro teor nesta ata da carta que havia recebido da Associação dos Funcionários da ANA, onde estaria demonstrada a situação dos seus técnicos especializados. A citada carta possui o seguinte teor: “*À Senhora Conselheira NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO, Membro Titular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, OF. no 027/ASÁGUAS/200, Assunto: Carreira dos Especialistas da ANA, Senhora Conselheira, Reportamo-nos à defesa feita por V.Sa. no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quando do nosso concurso, a qual somos eternamente gratos. Acreditamos que o CNRH deva ter conhecimento da difícil situação em que se encontram os servidores concursados da ANA. Preliminarmente, lembramos que as carreiras da Agência Nacional de Águas foram instituídas pelas Leis 10.768 de 19/11/2003 e 10.871 de 20 de maio de 2004, e são compostas pelos seguintes quadros: 239 Especialistas em Recursos Hídricos, 27 Especialistas em geoprocessamento, 84 Analistas Administrativos, 45 Técnicos Administrativos, 20 Procuradores da (concurso da AGU), perfazendo um total de 415 vagas. O único concurso realizado na ANA foi aquele de 2002, ao qual nos referimos acima. Nele havia 110 vagas. Atualmente, entretanto, somos somente 83 Especialistas em Recursos Hídricos e 10 Especialistas em Geoprocessamento. Desse total, quatro colegas encontram-se cedidos a outros órgãos, ou seja, na ANA estão apenas 89 dos antigos 110 aprovados no concurso. Isto representa apenas 21% do total de vagas previstas em lei. Há dois problemas prementes para nós: 1 - A necessidade de realização de concurso para preenchimento das vagas previstas em lei, e 2 - A necessidade de valorização de nossas carreiras. Em relação à necessidade de*

realização de concurso para provimento de vagas, temos que considerar que a ANA possui hoje 184 funcionários terceirizados, o que é injustificável, pois mais da metade do pessoal de um órgão com atribuições típicas de Estado é terceirizada e não é concursada. Em relação à necessidade de valorização de nossas carreiras, esse tem sido o principal motivo de abandono de cargo por vários colegas. Quando fizemos o concurso em 2002, o salário previsto era de R\$ 3.400,00. Posteriormente, houve adequações à lei e quando tomamos posse, o nosso vencimento básico passou a ser R\$ 2.906,66; o governo previu na lei as Gratificações de Desempenho de Atividade de Recursos Hídricos (GDRH) e a Gratificação de Qualificação; tais gratificações possibilitam um acréscimo de até 35% (GDRH) e até 20% (GQ) no vencimento básico. Entretanto, até a presente data tais gratificações não foram regulamentadas e, portanto, implantadas, apesar de termos solicitado tal atitude oficialmente desde março de 2004. Lembramos que carreiras com responsabilidade similar, como a dos gestores públicos e as do Banco Central que, na época de publicação do edital do nosso concurso tinham salários semelhantes aos propostos para a ANA, hoje têm salários cerca de 40 a 50% superiores aos nossos. Consideramos que nossa carreira deve se igualar a essas carreiras de Estado e já colocamos essa reivindicação em pauta enviada ao Ministério do Planejamento, mas ainda não há encaminhamentos sobre o assunto. A perda de quadros devido à desvalorização das carreiras está acontecendo não somente na ANA, mas também em outras Agências reguladoras, tanto que, recentemente, o Diretor Presidente da ANEEL encaminhou correspondência à então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, relatando a questão e solicitando equiparação das carreiras às carreiras do banco Central. Dessa forma, consideramos ser importante que o CNRH tome conhecimento dessa situação e, se possível, se manifeste sobre a necessidade de concurso para preenchimento das vagas da ANA e de medidas para valorização das carreiras, equiparando-as às carreiras de Estado similares, tais como as de gestores públicos ou do Banco Central, além das medidas para implementação das Gratificações previstas em lei, para que o papel que a Agência desempenha na implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos seja viabilizado. Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito. Diretora Executiva da ASÁGUAS.” Passando a outro assunto, a Conselheira Ninon Machado (ONGs) solicitou também a transcrição em ata do inteiro teor de uma carta elaborada por ela, a ser encaminhada à Presidente do CNRH, Ministra Marina Silva, que segue: “Excelentíssima Senhora Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Senhora Presidente. Chegou às minhas mãos, via postal, sem identificação do remetente, na semana passada, cópia xerox de documento que pode ser identificado, pelas características e teor, como carta datada de seis de março de 2001, do Banco Mundial, assinada pelo diretor para a Unidade Nacional Brasil, da Região da América Latina e Caribe, Gobin T. Nakani endereçada ao então Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, tendo como referência de assunto o Projeto de Transposição entre bacias das águas do Rio São Francisco. Tal documento está classificado como confidencial. Lendo o inteiro teor do documento e considerando que trata de questão submetida a este Conselho, e objeto de decisão, conforme consta da ata, em sessão extraordinária de 17 de janeiro do corrente ano, e por trazer dados novos, pelo menos para esta representante da sociedade civil, e que não foram mencionados na documentação nem tampouco pelo empreendedor, o mesmo Ministério da Integração Regional a este Plenário, venho requerer a Vossa Excelência que solicite ao atual titular da Pasta acima referida que disponibilize ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos as seguintes informações: 1. Se o documento, em anexo, que se encontra em envelope lacrado, pois que classificado de confidencial é cópia autêntica do expediente que o Banco Mundial enviou àquele Ministério? 2. Caso positivo, se o atual Senhor Ministro e sua equipe tiveram conhecimento do referido documento e quais os estudos e respostas feitas ao Banco Mundial? 3. Se ao requerer deste Plenário a decisão tomada no dia 17 de janeiro passado, o projeto proposto já teria incorporado subsídios técnicos, institucionais e econômicos possíveis de contestar ou validar as recomendações do Banco Mundial, visto que os documentos enviados sob a forma de CDROM a todos os conselheiros do CNRH não contêm tais informações ou dados? 4. Passados mais de quatro anos e tendo sido firmados outros compromissos do Governo Brasileiro com o Banco Mundial, que refletem direta ou indiretamente no projeto de transposição, inclusive o assinado em 2004 que submeteu as atividades do Ministério do Meio Ambiente a empréstimo ao Banco, cujos termos foram inclusive, como condicionante do Banco, submetidos previamente à audiência das organizações não governamentais e movimentos sociais, por sua representação

do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais e da Rede Brasil de Monitoramento dos Organismos Multilaterais de Financiamento, e além de outros projetos e programas ligados diretamente à gestão dos recursos hídricos no Brasil, como o projeto GEF São Francisco, entre outros, se o Ministro de Integração Nacional e sua equipe, bem como os Ministérios da área econômica, em especial da Fazenda e do Planejamento fizeram previa avaliação das eventuais repercussões e obstáculos que o projeto poderia ou poderá causar aos demais programas e projetos em desenvolvimento no País, visto que o Banco Mundial relaciona-se com o País como um todo? 5. Caso confirmadas as questões acima formuladas nos itens 1 e 2, se o atual Senhor Ministro da Integração Nacional autoriza, administrativamente, a quebra do sigilo da referida correspondência para que este Conselho possa conhecer o teor do referido expediente do Banco Mundial, nos termos da legislação vigente a respeito da salvaguarda dos documentos sigilosos e do direito à informação, que é princípio consagrado em nossa Constituição Federal? Como é do conhecimento de Vossa Excelência, as Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais têm sérias reservas à intervenção dos organismos multilaterais de financiamento e não aceitam ingerências que são feitas, tanto quanto ao modo como com respeito ao teor das exigências na maioria dos projetos e programas. Entretanto, o Governo Brasileiro recorre de modo permanente às agências multilaterais como o Banco Mundial e por essas razões comprometem programas e projetos de interesse social, da presente e futuras gerações. Havendo todo esse contexto, os organismos multilaterais têm seus mecanismos coercitivos que podem ser aplicados, caso não sejam cumpridos os compromissos assumidos e ainda mais sejam, por meio de arabescos laterais, comprometidos os projetos sob a égide de seus empréstimos ou doações. Portanto a preocupação que agora está expressa vai além de nossas atividades presentes, pois todos nossos somos passageiros em nossas funções, porém nossas ações ou omissões poderão redundar em benefícios, mas podem trazer ônus para a presente e futuras gerações. No caso em pauta, da transposição das águas da Bacia do São Francisco, as ONGs e Movimentos Sociais congregadas no FBOMS, que represento neste Conselho, têm deixado bem claro que não são contra a solidariedade hídrica e a soluções que permitam o acesso de todos à água e saneamento como parte do processo de justiça sócio ambiental. Isto é claro e é nossa posição expressa e pública. Por isto que ao votar no último dia 17 de janeiro, foi declarado não somente pelas ONGs como por outros representantes de diversos segmentos que carecia a decisão do necessário processo de lei, visto que é no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em seu ambiente, desde o Comitê de Bacia até ao Conselho Nacional que os conflitos com respeito à gestão das águas devem ser submetidos e equacionados. E agora está claramente explicitado o conflito que deve ser resolvido no nível da bacia e se necessário elevado a este Conselho. Nesse sentido, a clara oposição desta Conselheira à judicialização do processo da transposição que ao final foi a única saída encontrada, tendo em vista a posição- lamentavelmente mal conduzida pelo Governo Federal – que se colocou como um acionista majoritário deturpando os princípios e a essência da gestão integrada dos recursos hídricos. O conhecimento, ainda que tardio, do documento do Banco Mundial, acima indicado, é uma condição essencial para que se possa efetivamente dar validade e legitimidade à decisão que foi tomada no dia 17 de Janeiro de 2005, e, portanto este Conselho precisa saber de seu teor e seus membros, com o devido cuidado, decidir sobre tão grave matéria. Não tenho qualquer dúvida que o coletivo CNRH tem um acúmulo de conhecimento e sabedoria necessários para garantir aos nossos brasileiros residentes em zonas com carência de água o necessário suprimento. Isto é nosso dever, é nossa missão! Portanto, Senhora Presidente, ao encaminhar este expediente, peço sua transcrição, em inteiro teor, na ata desta sessão, e o encaminhamento acima solicitado como também, à vista da resposta, do Ministério da Integração Nacional que seja encaminhada às Câmaras Técnicas do CNRH, para as devidas análises e recomendações, e se necessário, em regime de urgência. Considerando que não é tema de deliberação deste Conselho, o simples encaminhamento à autoridade acima indicada, solicito que com a devida brevidade a referida diligência seja efetuada e respondida, na forma e no prazo de lei. Respeitosamente, Brasília, 18 de Julho de 2005. Ninon Machado de Faria Leme Franco, OAB RJ 16453, CPF 026899017-49, Membro titular do CNRH, Representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais-FBOMS”. A Conselheira Ninon Machado (ONGs) passou o documento citado na correspondência ao Secretário Executivo João Bosco Senra. O Conselheiro Sérgio Gonçalves (Min. Cidades) solicitou a palavra para informar que nesta mesma semana estaria sendo lançado

o Programa de Rede de Capacitação em Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental, sob a coordenação do Ministério das Cidades, sendo um passo importante na organização de um grande Portal de um sistema nacional de capacitação que surgira de um esforço que o governo estaria fazendo para integrar as suas ações na área de saneamento, apoiado e financiado pelo CTHIDRO. Em outro informe, disse que estaria em pleno desenvolvimento a Conferências das Cidades, apresentando as datas e locais das reuniões, assim como os seus quatro temas fundamentais: 1- Participação e Controle Social; 2– A Questão Federativa; 3– A Política Urbana Regional e Metropolitana; 4 – Financiamento de Desenvolvimento Urbano. Pediu a colaboração e o empenho de todos em participar da tramitação do PL nº 5.296, de 2005, onde seria apresentado à sociedade a proposta do Governo das diretrizes de prestação de serviços públicos de saneamento e sua Política Nacional de Saneamento Básico, que se encontrava em regime de urgência constitucional, sendo esse um instrumento fundamental para a prestação de serviços públicos de saneamento. O Secretário Executivo João Bosco Senra informou aos Conselheiros que o MMA, em conjunto com o Ministério de Relações Exteriores, estaria encaminhando em nível regional da América Latina e Caribe, uma proposta para a construção de estratégia comum de gestão de recursos hídricos para a região, que fora apresentado no Peru, contando com a aprovação unânime de todos os setores técnicos, com perspectivas de aprovação ainda neste ano. Em seguida, às 14h50, o Secretário Executivo João Bosco Senra deu por encerrada a 13ª Reunião Ordinária do CNRH e disse que, uma vez aprovada por este Plenário, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

Ata aprovada na XIV Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 28/novembro/2005.

MARINA SILVA

Presidente

JOÃO BOSCO SENRA

Secretário Executivo